



## Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau



### Atenção

- Prezado FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR, todos documentos foram assinados e protocolados com sucesso. O processo foi protocolado com o número **WEB1.20.01563179-6** em **17/11/2020 14:51:05**.
- Não foi possível enviar o e-mail de confirmação. Se necessário, você pode consultar o serviço "Caixa Postal" para conferência.

### Orientações

- Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

### Peticionante

**Nome** : FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR

### Protocolo

**Foro** : Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua  
**Processo** : 0204601-25.2020.8.06.0001  
**Protocolo** : WEB1.20.01563179-6  
**Tipo da petição** : Petições Intermediárias Diversas  
**Assunto principal** : Seguro  
**Data/Hora** : 17/11/2020 14:51:05

### Partes

**Solicitante** : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

### Documentos Protocolados

**Petição\*** : 2704554\_IMPUGNACAO\_AO\_LAUDO\_PERICIAL\_01 - 1-3.pdf

### Downloads

**Anexar documentos** : [Realizar download dos documentos da petição](#)  
**Recibo** : [Realizar download do recibo](#)



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 02046012520208060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA AMAURILIA DA CASTRO SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO AUTOR EM TRATAMENTO MÉDICO**  
**DA IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAR A EXISTENCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

Trata-se de caso de invalidez em que o autor alega ser vítima de acidente de veículo automotor, resultando assim invalidez permanente. Assim supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Ocorre que o acidente em tela, foi objeto de análise por meio da perícia técnica, onde ficou **DIAGNOSTICADO QUE A VÍTIMA AINDA PERMANECE EM TRATAMENTO, POR MAIS 180 DIAS NECESSITANDO DE EXAMES COMPLEMENTARES PARA SE CONCLUIR SE SUA CONDIÇÃO FÍSICA É DE INVALIDEZ PERMANENTE OU NÃO**.

Logo, **SE NÃO HÁ COMO SE CONCLUIR PELA SUPOSTA INVALIDEZ** do interessado, uma vez que ainda não se esgotou todas as possibilidades de tratamento ortopédicas necessários para uma possível melhora ou até mesmo cura do autor, **não há como se apurar o grau da invalidez permanente que o autor, porventura, venha a ser portador no futuro, isto se for o caso de não haver sucesso na recuperação do autor com o fim do tratamento que o mesmo se presume está submetido**.

Desta forma, requer a Ré, o sobrestamento do feito, pelo prazo de 180 dias, conforme informado no laudo pericial emitido para que **APÓS O AUTOR SEJA SUBMETIDO A NOVA PERÍCIA, SENDO QUE O PERITO DEVERÁ ESCLARECER O GRAU DA INVALIDEZ DA VÍTIMA**, ora autor, se acaso este restar inválido permanentemente.

Bem como, requer a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.


## DO LAUDO PERICIAL

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

OBSERVA-SE QUE A DOCUMENTAÇÃO DE PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO NÃO DESCREVE FRATURA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, INFORMANDO APENAS TRAUMA NOS MEMBROS INFERIORES. NÃO SENDO ACOSTADO MAIS NENHUM DOCUMENTO MÉDICO QUE CONFIRME A LESÃO NO MEMBRO!!

 INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

**Registro de Atendimento Emergencial**

**SAÚDE HOSPITALAR**  
Emitido em: 03/05/2018 9:43  
Por: EDUARDO MACIEL

**REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL**

DATA/HORA: 17/02/2018 07:38

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

CNR: 700803437513780 NOME: FRANCISCA AMAURILIA DE CASTRO SILVA Registro: 5550560  
CPF: 03326521342 RG: 2000032057346 D. NASC: 23/02/1991 ESTADO CIVIL: SEXO: F RAÇA/COR: Parda  
NOME DA MÃE: MARIA ZULEIDE DE CASTRO SILVA NOME DO PAI: BRAZ INACIO DA SILVA

TIPO DE LOGRADOURO: Rua ENDEREÇO DO PACIENTE: JUVENTUDE Nº: 390 BARRIO: PLANALTO AYTTON SERNA  
COMPLEMENTO: I TELEFONE: 32689033, 987838418 MUNICÍPIO: FORTALEZA UF: CE CEP: 80760140

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

IDENTIFICADO: PARENTESCO: TELEFONE: 65 47326110/6 80256202

ACIDENTE DE TRABALHO:

TIPO DE VÍNCULO: CBO DO EMPREGADOR: CNPJ DO EMPREGADOR: COSIDO DO CNH/ER:

ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

DIAGNÓSTICO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Acidente de transporte sem culpa. Inclui capotamento, queda ou projeção de uma motociclista

QUEIXAS: PACIENTE VÍTIMA DE COLISÃO MOTOPOSTE COM TCE E TRAUMA DE MMIL EVOLUI CONSCIENTE E DESORIENTADA

OBSERVAÇÕES:

SINAIS VITAIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Pública Escala de Dor: Sem dor PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: AMARELO

SPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:

ATENDIMENTO MÉDICO

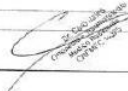
**Observa-se que a cirurgia ocorreu MAIS DE 01 ANO APÓS O ACIDENTE, a saber, 23/05/2019. Enquanto o acidente ocorreu em 17/02/2018!!**

Mapa de Cirurgias

Dias	Int.	#	Hora	Leito	Staff	Residentes	Material	Observação	Status da marcação
<b>MAPA DO DIA 23/05/2019 - Quinta-Feira</b>									
89	1	13:00	2115	JANETE GALVAO	FIXADOR MONOLATERAL DINÂMICO PARA FÊMUR INTENSIFICADOR DE IMAGENS CAIXA DE TO DE MMEIX ILIZAROV	BE:5550560	MARCADA		

**FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR (AGUARDA CIRURGIA DEFINITIVA) + OSTEOMIELITE NÃO ESPECIFICADA (AGUARDA CIRURGIA DEFINITIVA)**

Marcado por: HALINE MAGALHAE em: 22-05-2019 12:47:08

Ass:  Retornar dia: 1 / 1 Hora: 12:47 para Dr. Dr. TAVARES

Documento é cópia do original, assinado digitalmente por MONICA ALMEIDA DA SILVA e Tribunal de Justiça

FRANCISCA AMAURILIA DE CASTRO SILVA

LEITO:

DATA DE INTERNAÇÃO:  
24/02/2019

DATA DA ALTA:  
24/05/2019

BE/PRONT:  
5550560

CIDADE DE ORIGEM:  
FORTALEZA

IDADE:  
28

DIAGNOSTICOS:  
Fratura da diáfise do fêmur (OPERADA) + Osteomielite não especificada (AGUARDA CIRURGIA DEFINITIVA)  
CONDIÇÃO DECIDIDA PARA AVALIAÇÃO

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial toda documentação médica acostada aos autos, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Caso esse não seja o entendimento de V. Exa., a parte Ré ressalta que não é crível com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, a parte autora não possuía lesão consolidada no momento da avaliação.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 13 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**